



**A paz,
tranquilidade e
garantia dos
habitantes desta
Capital: a atuação
da Quarta
Delegacia
Auxíliar do Rio
de Janeiro no ano
1932**

Felipe Castanho Ribeiro¹

**Peace, tranquility
and security for
inhabitants of this
Capital: the
performance of the
Fourth Police
Station Auxiliary of
Rio de Janeiro in the
year 1932**

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v9n14.2018.73214>

¹ Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira. Professor de História e Sociologia do Colégio de Aplicação da Universidade Castelo Branco. Professor de História no Centro Educacional Califórnia. E-mail: fe.castanho@gmail.com

Resumo:

O presente artigo tem como proposta principal analisar as medidas adotadas pelo Governo Provisório para combater a oposição política no Distrito Federal ao longo do ano de 1932. Vale ressaltar que este foi o ano da Guerra de 1932, mais conhecida como revolução constitucionalista de 1932, razão pela qual este evento detém uma posição central neste estudo. Neste sentido, o governo precisou adotar uma série de medidas para evitar a desordem e garantir a sua legitimidade na capital do país. Dessa forma, para a presente análise, trabalhamos principalmente como relatório de atuação da Quarta Delegacia Auxiliar do Distrito Federal que se destacava pelo tratamento das questões políticas e sociais da cidade.

Palavras-chave: Quarta Delegacia Auxiliar, Distrito Federal, Guerra de 1932, Revolução Constitucionalista de 1932

Abstract:

This article has as main purpose to analyze the measures adopted by the Provisional Government to crack down on political opposition in the Federal District during 1932. It is worth mentioning that this was the year of the War 1932, better known as the Constitutionalist Revolution of 1932, which is why this event holds a central position in this study. In this sense, the Government needed to adopt a series of measures to prevent clutter and ensure your legitimacy in the country's capital. Thus, for this analysis, we work primarily with the report of the Fourth Police Station Auxiliary of Rio de Janeiro, highlighted by the treatment of political and social issues of the city.

Keywords: Fourth Station Assist, Federal District, War of 1932, Constitutionalist Revolution of 1932

Contexto histórico: algumas explicações sobre a Guerra de 1932

Pela proposta do presente trabalho não nos cabe aqui explorarmos integralmente o contexto histórico do ano de 1932. No entanto, para que possamos alcançar uma melhor compreensão do presente texto, procuramos contextualizar a Guerra de 1932¹, principal evento histórico do ano em questão e que se relaciona diretamente com a narrativa aqui construída. Neste sentido, vale ressaltar que não se trata de uma abordagem profunda da guerra e que já tem uma ampla historiografia que versa sobre o tema².

A Guerra de 1932 durou 85 dias, de nove de julho à dois de outubro, e o seu principal campo de batalha foi o estado paulista, onde se formaram dois *fronts* principais, ao sul e ao norte de São Paulo. Os números sobre a guerra são extremamente divergentes. Marco Antonio Villa calcula em quase 85 mil combatentes, aproximadamente 55 mil das tropas federais e 30 mil das tropas constitucionistas. Já Frank D. MacCann chega a cifra de 70 mil soldados lutando por São Paulo, enquanto o Governo Provisório contava com 80 mil (Vide VILLA, 2010 p. 38 e MACCANN, 2009, p.421). Tanto São Paulo quanto o Governo Provisório recorreram à formação de batalhões compostos por voluntários.

Para além de São Paulo, também encontramos o *front* de batalhas no estado do Mato Grosso. Episódios do conflito também ocorreram em outros estados como Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Pará e Amazonas (DE PAULA, 1988, p. 30). Na cidade de Óbidos, região do Baixo Amazonas do Pará, uma unidade pequena do Exército se rebelou e declarou apoio à causa constitucionista (OLIVEIRA, 2012).

¹ O nome do movimento eclodido em 1932 no Estado de São Paulo pode variar de acordo com o posicionamento historiográfico dos autores que se debruçam sobre o tema. Acreditamos que a nomenclatura mais correta seja a de guerra civil, não apenas por conta da projeção do conflito como pela própria definição do termo que, segundo o Dicionário de Política é a guerra quando conduzida por cidadãos de um mesmo Estado. Para Saint-Pierre a guerra civil se desenvolve em uma unidade decisória, como manifestação extrema de uma pluralidade política. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 572 e SAINT-PIERRE, Héctor Luis. A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: Editora Unesp, 2000, p. 34. No presente artigo iremos nos referir ao conflito como Guerra de 1932.

² Em outro texto publicado, tivemos a oportunidade de analisar algumas das principais obras historiográficas sobre a Guerra de 1932 e algumas das diferentes interpretações sobre o conflito. Cf. RIBEIRO, Felipe Castanho. A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude. Mosaico, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 226 - 247, jun. 2017. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65514>>. Acesso em: 13 Dez. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n12.2017.65514>., pp. 226–247. Ainda neste sentido, recomendamos a leitura da tese doutorado de João Paulo Rodrigues defendida em 2009. Neste trabalho, através da imprensa do período e de obras memorialísticas, o autor problematiza o “levante de 1932” e analisa a memória que se construiu sobre o conflito nos dois anos posteriores ao seu advento, e que de certa forma chegou a influenciar algumas das interpretações sobre o evento. Ver RODRIGUES, João Paulo. Levante "Constitucionalista" de 1932 e a força da tradição: do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934). 2009. 320f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, São Paulo.

Ao término do conflito, venceu o Governo Provisório. Basicamente, esta vitória se deu graças ao isolamento de São Paulo e a capacidade de mobilização do Governo Provisório para evitar que a oposição conquistasse a adesão de outros estados. Dessa forma, os paulistas e os articuladores do movimento acabaram se rendendo no dia 02 de outubro de 1932.

No que diz respeito ao contexto histórico da Guerra de 1932, o texto *Os anos de 1930: as incertezas do regime*, escrito pela historiadora Dulce Chaves Pandolfi, elencou a complexidade dos anos de 1930 e inseriu a Guerra de 1932 numa conjuntura mais ampla. Ao analisar o “tumultuado” período político que compreende a década de 1930, Pandolfi percebeu que os anos de 1930 a 1937 foram marcados por ambiguidades e que diversos projetos disputaram o poder político. A autora lembra que durante este período o país passou por inúmeras mudanças sociais, políticas e econômicas e que as disputas políticas foram constantes, envolvendo os tenentes, oligarquias dissidentes, patrões e empregados. Alguns dados elencados pela autora demonstram os diferentes embates políticos, de modo que: foram mais de 50 movimentos militares entre 1930-1934; somente durante os anos de 1930 a 1935 governaram os estados mais o Distrito Federal 94 interventores; a Guerra de 1932; e o levante comunista de 1935 (PANDOLFI, Dulce. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, 2003, pp. 18-32).

Sendo assim, para Dulce Pandolfi, a pior “guerra civil vivida pelo país” se insere num período histórico mais amplo que os 85 dias de duração do conflito. Para a autora, foi um importante evento político da década de 1930, e que este sem dúvida “provocou uma reorganização no cenário político nacional e representou um marco no processo de depuração das elites civis e militares” (PANDOLFI, Dulce. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, 2003, p.26). Outrossim, a Guerra de 1932 é um momento importante do período 1930-37 e que, segundo Pandolfi, ajuda a demonstrar que o “Estado Novo esteve longe de ser um desdobramento natural da Revolução de 30. Foi um dos resultados possíveis das lutas e enfiamentos diversos travados durante a incerta e tumultuada década de 1930” (PANDOLFI, Dulce. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, 2003, p. 35).

No que diz respeito ao aspecto de mobilização do Governo Provisório, esta foi de significativa importância para que o governo pudesse assegurar a sua vitória na Guerra de 1932³. E foi neste sentido que o governo de Getúlio Vargas atuou no Distrito Federal, reprimindo e combatendo a oposição na capital do país. Por se tratar da sede administrativa e política do país, era fundamental garantir a ordem e a legitimidade do governo na cidade e foi dessa forma que atuou a Quarta Delegacia Auxiliar, responsável pelos crimes políticos no Rio de Janeiro.

³ Para o aprofundamento desta questão indicamos a leitura da tese de doutorado de Raimundo Helio Lopes, aonde o autor demonstra a importância da mobilização do Governo Provisório no estado do Ceará. LOPES, Raimundo Helio. Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

A Quarta Delegacia Auxiliar

Durante a Guerra de 1932, coube à polícia do Distrito Federal conservar a ordem e evitar movimentos contrários ao governo na capital. A experiência com o policiamento político da capital, certamente deve ter facilitado a sua atuação no decorrer do ano de 1932. O Rio de Janeiro, enquanto Distrito Federal, contava desde 1907 com instituições responsáveis pela tarefa de polícia política. A primeira delas foi o Corpo de Investigações e Segurança Pública da Polícia Civil, que deteve até 1920 a incumbência para reprimir crimes políticos, nestes quaisquer eventos de desordem pública poderiam se enquadrar. A partir de 1920, foi criada a Inspetoria de Investigações e Segurança Pública, responsável pelos crimes políticos e pela segurança interna da República. A Inspetoria existiu por apenas dois anos, pois em 20 de novembro de 1922 foi criada a Quarta Delegacia Auxiliar que mantinha uma seção de Ordem Social e Segurança Pública, responsável pela atividade social e política na cidade. A Quarta Delegacia seria substituída apenas em 10 de janeiro de 1933 pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Portanto, durante a Guerra de 1932, cabia à Quarta Delegacia Auxiliar a responsabilidade de evitar distúrbios políticos na capital, e a sua atuação era vista pelo governo como essencial (MENDONÇA, 1998, pp. 379-388).

A escolha dos delegados da Quarta Delegacia era realizada criteriosamente pelo Governo Provisório, de modo que esta recaia sempre em homens de confiança e de simpatia inequívoca pelo governo. À época da Guerra de 1932, o chefe da Quarta Delegacia era o tenente João Alberto que havia sido nomeado no dia 15 de abril do mesmo ano. No entanto, com a eclosão do conflito, João Alberto foi substituído interinamente pelo capitão Dulcídio do Espírito Santo Cardoso até o final do ano de 1932⁴. A importância da Quarta Delegacia também era reconhecida pelo fato de o seu delegado ser considerado o chefe da polícia no Distrito Federal. No relatório das atividades exercidas por esta delegacia no ano de 1932, também se reconheceu a sua proeminência diante das outras delegacias. Segundo este:

As Delegacias Auxiliares têm parte saliente nas medidas que se tornam necessarias á bôa ordem dos multiplos serviços policiais, como colaboradoras desta chefia, no cumprimento de suas atribuições regulamentares. A quarta Delegacia Auxiliar, entretanto, tem o seu movimento consideravelmente maior que o das outras, em consequencia da importância e da complexidade dos muitos serviços que lhe estão entregues, como os da secção de ordem social e segurança publica, os de

⁴ Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), doravante citado como DHBB/CPDOC, o capitão Dulcídio do Espírito Santo Cardoso era vinculado ao tenentismo e seu pai, Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso, foi entre 1932 e 1933 ministro da Guerra de Getúlio Vargas. In: verbete Dulcídio do Espírito Santo Cardoso. Ainda segundo o DHBB, Cardoso teria ficado na chefia do departamento até o fim do conflito em outubro de 1932. No entanto, no relatório de atividade da Quarta Delegacia Auxiliar do ano de 1932, finalizado em 31 de dezembro de 1932, ainda encontramos o visto do capitão Cardoso.

fiscalização de explosivos, armas e munições, os de segurança pessoal, os de arquivo, e outros, adiante relacionados (APERJ, DESPS, notação 864).

Sendo assim, a importância da Quarta Delegacia Auxiliar se explicava não apenas pela sua função de policiamento político, mas também pelas suas múltiplas funções, das quais também se destacavam a fiscalização de armas, munições e explosivos na capital. Neste sentido, compreendemos que o relatório da Quarta Delegacia Auxiliar, localizado por nós em pesquisa realizada no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), é de fundamental importância para a compreensão da atuação do governo no Distrito Federal para a manutenção da ordem no Distrito Federal durante o ano de 1932 e que compreende o conturbado período da Guerra de 1932. Devemos mencionar que, no APERJ, não encontramos documentação específica para a atuação da polícia no ano de 1932, de modo que o referido relatório foi encontrado no fundo arquivístico da DESPS referente aos anos de 1933-1945. O relatório da Quarta Delegacia Auxiliar foi localizado nos documentos referentes ao ano de 1933. Neste documento encontram-se os relatórios das diferentes seções que compunham a Quarta Delegacia Auxiliar, estes eram destinados, inicialmente, para o quarto delegado capitão Dulcídio do Espírito Santo Cardoso.

Não obstante, para este trabalho, nos interessa o relatório redigido por Seraphim Braga, chefe da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, incumbida de conter os movimentos políticos contrários ao governo. O advento da Guerra de 1932, requereu considerável atenção da Delegacia, de modo que é perceptível a centralidade deste evento e dos seus desdobramentos no relatório. Se referindo às atividades da polícia do ano de 1932, o relatório dizia que:

As questões políticas e sociais estiveram muito agitadas em 1932, como é do dominiopublico. A parte política, entretanto, foi a que mais avultou, em consequência de se haverem fundido várias correntes partidárias do país sob o pretexto de procurarem restabelecer, imediatamente, o regime constitucional. Assim vinha sendo tratada a questão da constituinte imediata, quando, a 9 de julho, irrompeu, nos Estados de S. Paulo e Mato Grosso, chefiado por antigos políticos, o movimento revolucionário contra o Governo Provisorio. Outros Estados, também propensos à volta do país ao regime legal negaram o seu apoio a esse movimento, por julgá-lo injusto e contrário aos interesses do Brasil, bem como ao seu reerguimento econômico e administrativo. Para o Distrito Federal, sede do Governo contra o qual se dirigia o movimento revolucionário, embora distante dos campos da luta, convergiram todas as atenções, reclamando os maiores cuidados, por ser o ponto de concentração dos elementos de combate à rebelião. À polícia, em tal emergência, estava entregue a mais árdua função e ela se colocou, sem prática de excessos, na altura que era de esperar, cumprindo a sua missão sem desfalecimentos nem falhas, agindo com a energia e prudência que o momento exigia (APERJ, DESPS, notação 864).

Apesar de o ano de 1932 ter sido “agitado” pelas questões sociais e políticas, o relatório reconheceu a proeminência da questão política. O documento também salientou a

importância do Distrito Federal. Este, enquanto sede do Governo Provisório, carecia de maiores cuidados, o que demonstra a preocupação com eventuais movimentos que pudessem pôr em perigo o governo. Góis Monteiro, comandante do Destacamento do Exército de Leste, em suas “Observações sobre o movimento de São Paulo” também reconheceu a importância de defender a capital. Segundo o comandante:

Guardada a séde do Governo – que é o mais importante para evitar golpes de mão e um golpe de Estado – o principal, mesmo que hajam outras manifestações de rebelião, é concentrar o maior numero de forças contra S. Paulo. Si se tiver que atender a muitos movimentos simultaneos , será preciso, primeiro, preocupar-se só com S.PAULO (E RIO) [...] Do RIO, deverá se tirar, até que se esclareça completamente a situação, o minimo de elementos, pois, não é prudente desprezar uma eventualidade má (AHEX, 1932, Cx. 5080).

O trabalho da Delegacia para manter a ordem na capital acompanhou o acirramento do clima de tensão política nacional. Dessa forma, desde fevereiro a polícia já tomava providências com serviços de observação em torno de “elementos pró Constituinte”. O mês de maio, marcado pelas manifestações em torno da escolha do secretariado para o governo de São Paulo e que culminou no dia 23 de maio quando foram mortos os estudantes paulistas⁵, foi um outro ponto de inflexão nas ações da Quarta Delegacia. Ainda segundo o relatório:

Em fins de Maio São Paulo tornou-se o ponto de convergencia dos agitadores constitucionalistas. Foi, conforme a prudencia indicava, estabelecido nessa ocasião o serviço de censura telephonica entre esta Capital e São Paulo e detidos aqui alguns politicos da situação decahida que se movimentavam em favor de uma causa que em absoluto não lhes pertencia e sim áquelles que, durante 8 annos, por ella porfiaram com abnegação e perseverança. Os primeiros presos politicos estiveram a bordo do vapor ‘Pedro Iº’, sendo mais tarde postos em liberdade. Prosseguindo, alguns, na sua acção, foram novamente detidos (APERJ, DESPS, notação 864).

Através do relatório também nos foi possível observar o *modus operandi* da Delegacia para que se prosseguisse a prisão de um indivíduo.

Antes de deter qualquer pessoa, com o intuito de evitar injustiças, procedia a rigorosas sindicancias afim de bem apurar as acusações ou suspeitas que pesassem contra o denunciado. Feito isto, quando procedente a suspeita, prendia-se o individuo e dava-lhe destino conveniente. Aquele contra quem nada ficasse apurado, era posto imediatamente em liberdade; outros, em

⁵ Para uma análise detalhada da manifestação do dia 23 de maio de 1932 indicamos a leitura de DE PAULA, Jeziel. 1932: imagens construindo a história. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP/Editora UNIMEP, 1988, p.80.

caso contrario, ficavam presos como politicos, em prisões adequadas, com o tratamento correspondente a presos desta natureza. As sindicancias, entretanto, prosseguiam mesmo depois da prisão; verificada que fosse a nenhuma culpabilidade da pessoa detida, jámais se lhe negou a liberdade (APERJ, DESPS, notação 864).

É de se supor, segundo o relatório, que não se precisava muito para que o indivíduo fosse preso pela polícia. Após uma apuração inicial, era realizada uma segunda sindicância depois do elemento preso, para provar ou não a sua culpabilidade. Dessa forma, ainda que se procedesse a uma investigação antes da prisão de um suspeito, a polícia agia prematuramente, procurando se antecipar aos movimentos dos seus opositores. Analisando a atuação do DEOPS de São Paulo entre 1930 e 1945, Álvaro Gonçalves Antunes Andreucci, afirma que também era costume deste departamento a prática da “prisão preventiva” para o saneamento do “perigo à estabilidade da nação”. Para Andreucci, “assim, a polícia se antecipava ao crime como que se auto-atribuindo poderes sobrenaturais ou divinatórios”⁶. Também analisando a polícia política do estado de São Paulo, Maria Luiza Tucci Carneiro afirmou que:

Os relatórios de investigação e os autos de busca e apreensão demonstram que, na maioria das vezes, o julgamento das autoridades policiais se faziam baseadas em suposições. Estas – orientadas por indícios e valores preconceituosos – procuravam purificar a sociedade das idéias incômodas (CARNEIRO in: DUTRA, e MOLLIER, 2006, p. 164).

Como consequência da atuação da polícia, o número de presos no ano de 1932 foi elevado, lotando as cadeias da capital. O jornal clandestino *Nove de Julho*, em sua segunda edição, denunciou o fato das cadeias no Rio de Janeiro se encontrarem lotadas de presos políticos. Além disso, segundo o jornal:

Não ha mais logar para os prisioneiros militares e politicos que a policia sinistra do capitão João Alberto arrebanha todos os dias. Politicos, jornalistas, Generaes, Almirantes officiaes de todos as patentes da terra e mar e das forças militares do Districto Federal e dos Estados, commerciantes, industriaes, funcionariospublicos, clerigos, estudantes, engenheiros, advogados, medicos, pessoas do povo, uma legião enorme de cidadãos sem outra culpa ou outro crime que o de ter idéas contrarias ás do Governo Dictatorial enchem os pavilhões das casas de Detenção e Correição, as salas das fortalezas, o lazareto da Ilha Grande, o convez e os porões do navio presidio Pedro I, os xadrezes da Policia Central e das Delegacias Districtaes. Não ha exemplo de situação igual. Uma simples denuncia, uma simples suspeita, um simples capricho de qualquer beleguin policial bastam para que se realizem diligencias e buscas ruidosas, á luz do dia ou no silencio da noite alta, em estabelecimentos commerciaes ou

⁶ Segundo o autor, a mesma estratégia foi adotada na Alemanha por Heinrich Himmler, chefe da polícia secreta alemã. ANDREUCCI, Álvaro Gonçalves Antunes. O risco das idéias: intelectuais e a Polícia Política (1930-1945). São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006, p. 103.

residências familiares prendem-se a torto e a direito quem quer que incorra em desconfiança mesmo a mais infundada (*Nove de Julho*, RJ,03/09/1932).

Para o jornal, o número de presos era tão acentuado que o governo não teria mais lugar para eles. Ainda segundo a denúncia do *Nove de Julho*, uma simples denúncia ou suspeita de um oficial da polícia poderia levar a realização de diligências pela polícia. Diante da conjuntura de guerra e da importância da capital do país para o Governo Provisório, era preferível a polícia correr o risco de prender “inocentes” a pôr em perigo o governo. Ao longo do ano de 1932, o elevado número de presos por motivos políticos também pode ser um indício da atuação premonitória da polícia.

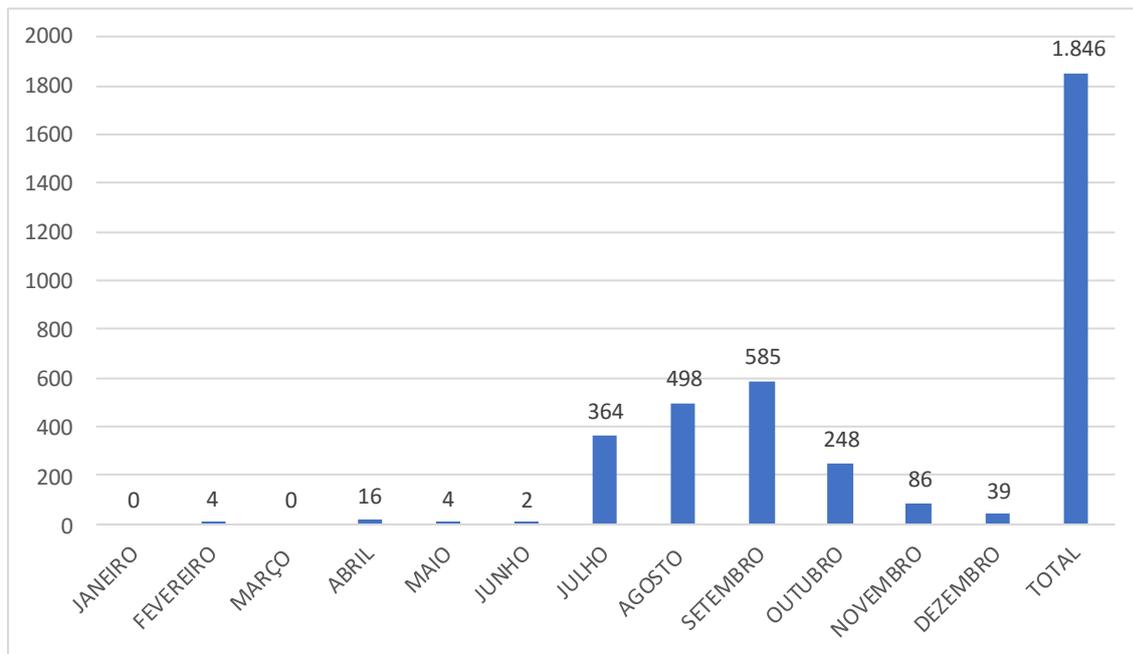


Gráfico 1 - Prisões efetuadas por motivo político ao longo do ano de 1932

Fonte: (APERJ, DESPS, notação 864)

No gráfico 1 podemos visualizar a quantidade de pessoas presas por motivos políticos em 1932. Nos dados fornecidos pelo relatório já se encontram excluídos os presos por questões sociais e, todos os 1.846 detentos se referem ao movimento de oposição ao Governo Provisório e vinculados a conspirações que levaram a Guerra de 1932. Pelos números do relatório, a Quarta Delegacia já vinha monitorando movimentos contrários ao governo desde o início do ano, com destaque para quatro presos políticos no mês de fevereiro, ou seja, seis meses antes do início da guerra. Apesar de ser proporcionalmente pequeno o número de presos políticos antes de julho, os números demonstram a constante vigilância do governo para com as atividades políticas. Os três meses de duração do conflito marcaram o ápice das prisões políticas, quando as mesmas começaram a decair em outubro.

Ainda assim, mesmo dois meses depois, ainda eram realizadas prisões pela Quarta Delegacia⁷.

O elevado número de presos políticos fez com que a polícia precisasse criar, de última hora, novas prisões. Para tanto, foram criados os presídios do “vapor Pedro I”, do Meyer, Tijuca, Ilha do Rijo, além da Casa de Detenção e Casa da Correção e dos Presídios da Ilha das Flores e Ilha Grande, sendo aproveitadas as instalações ali existentes que foram ampliadas e melhoradas”(APERJ, DESPS, notação 864). Em dezembro de 1932, apenas o presídio do Meier se encontrava em operação e das 1846 pessoas detidas, 1798 já se encontravam em liberdade, sendo que neste número também estão descritos os indivíduos deportados para a Europa, restando assim, 57 pessoas presas.



Figura 1 - Edição de 3 de setembro do Nove de Julho
Fonte: (Hemeroteca, IHGB)¹

⁷ Infelizmente o relatório não realizou nenhuma lista nominal de presos políticos em ações das Quarta Delegacia no Distrito Federal. No referido documento, o levantamento de presos foi realizado com números gerais, incluindo presos em outros estados, mas que foram transferidos para a tutela da Delegacia. Sendo assim, os principais dados que a fonte revela são: o número de presos; o mês em que foram encarcerados; e duas listas com os nomes dos prisioneiros deportados e daqueles que ainda se encontravam retidos. Sendo assim, não foi possível realizar uma análise aprofundada das prisões efetuadas no Distrito Federal.

Segundo o relatório da Quarta Delegacia Auxiliar, os presos eram tratados da melhor maneira possível e de acordo com o que permitia a situação anormal do país. Neste sentido, devemos lembrar que não eram simples prisioneiros e sim detentos políticos, alguns oriundos da elite política do país, mas também podiam ser militares de alta patente ou em outros casos jornalistas, e isto justificava a distinção no tratamento destes presos. Alguns deles eram proeminentes políticos nacionais, como Artur Bernardes e Borges de Medeiros que após fracassarem em seus levantes em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul foram transferidos para a capital sob a custódia da Quarta Delegacia Auxiliar. Conforme nos demonstra o gráfico 2, as prisões efetuadas pela Seção de Ordem Social e Segurança Pública, eram frutos de um intenso trabalho realizado pelos diferentes agentes envolvidos no serviço de vigilância da sociedade.

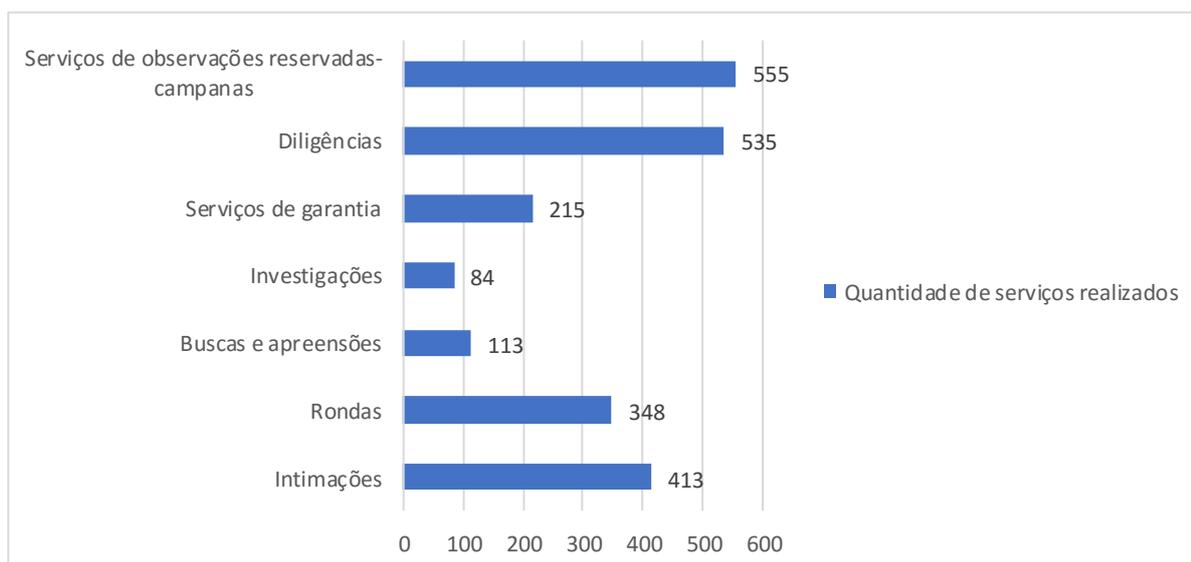


Gráfico 2 - Serviços realizados pela Quarta Delegacia Auxiliar da Polícia do Distrito Federal ao longo do ano de 1932

Fonte: (APERJ, DESPS, notação 864)

Não conseguimos acesso aos relatórios dos anos precedentes a 1932 para que pudéssemos comparar os números dos serviços realizados pela Delegacia. Contudo, é de se pressupor que a quantidade de serviços realizados era superior aos anos anteriores, o que deve ter sobrecarregado a Delegacia e, segundo o relatório, o “relativamente reduzido número de funcionários” desta no “estafante” trabalho de policiar politicamente o Distrito Federal (APERJ, DESPS, notação 864). Mesmo sobrecarregada, a Quarta Delegacia não se descuidou da questão social. Segundo o relatório:

Apesar do acúmulo de serviço de natureza política, a Delegacia não se descuidou do movimento trabalhista. As classes proletárias e suas associações – é justo salientar – no decorrer dos acontecimentos de S. Paulo, se colocaram, como era de esperar, numa atitude digna da maior atenção. Não trataram de pleitear interesses, e se colocaram ao lado do

Governo Provisorio, hipotecando lhe solidariedade. Acompanhando todo o movimento associativo desta capital, durante o ano findo, assinalam-se poucos casos de perturbação da ordem, todos sem o caráter violento ou alarmante que era de esperar. Da acção policial sempre ponderada, resultou encaminhamento ao Ministerio do Trabalho das diversas questões entre patrões e operários para a devida solução. A pendencia que havia entre os empregados, representados pelo Centro dos Operarios da Light e Companhias Associadas e essas empresas deu origem a tentativas de greve geral dos mesmos trabalhadores, em abril e maio de 1932, o que felizmente pôde ser obstado em começo, conciliando os interesses das partes em divergência (APERJ, DESPS, notação 864).

As questões sociais, relativas ao mundo do trabalho, já apresentavam indícios de uma das principais características do período em que o Brasil foi governado por Getúlio Vargas, a transferência da questão social para o ministério do Trabalho, não mais sendo tratada unicamente como uma questão de polícia⁸. Ainda sobre este assunto, Maria Celina D'Araujo afirma que a questão social teve uma ênfase no governo de Getúlio Vargas por meio da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 (D'ARAUJO, 2004, pp. 77-98). No entanto, D'Araujo também menciona que antes mesmo da revolução de 1930 a questão social já era objeto de atenção dos poderes públicos, tal fato podia ser constatado, segundo a autora, através de algumas conquistas legais dos trabalhadores e que ocorreram antes do governo de Vargas (D'ARAUJO, 2004, pp. 87-89). Não obstante, este tratamento não se aplicava aos movimentos de esquerda, como o anarquismo e o socialismo. Neste aspecto, D'Araujo observou que “desde cedo, Getúlio e seus auxiliares procuraram diminuir o conflito entre trabalhadores e patrões e esvaziar o movimento operário que se formara no Brasil desde o final do século XIX, de forte influência anarquista e socialista” (D'ARAUJO, 2004, p. 21). Sendo assim, mesmo durante a guerra de 1932, indivíduos ligados a estes movimentos continuaram sendo vigiados e presos. Maria Helena Capelato afirmou que o ano de 1932 teve um movimento ascensional de greves em São Paulo e no Distrito Federal e que este foi o ano com maior número de greves da década de 1930 (CAPELATO, 1981, p. 68). A mesma autora, em trabalho que analisou o comportamento da imprensa liberal paulista, escreveu que “a classe operária incomodava e inquietava os constitucionalistas de 32” (CAPELATO, 1981, p. 116). Segundo a historiadora:

Os liberais de São Paulo se atemorizaram com o movimento grevista, não só pelas proporções que assumiu, mas principalmente porque, nesse momento, estava sendo articulada a revolução contra Getúlio. Ali a greves ocorreram em maio, num clima tenso e de violentos conflitos com a polícia. O movimento se alastrou e a greve foi geral, sendo interpretada como algo mais que um conflito entre patrões e operários (CAPELATO, 1981, p. 116).

⁸ Para este aspecto indicamos a leitura do texto “A invenção do trabalhismo” de Angela de Castro Gomes in: A Invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Dessa forma, 1932 tratou-se de um ano conturbado para o Governo Provisório, não apenas pela crise política que este enfrentava no âmbito nacional, mas também pela questão social. Sendo assim, a polícia política do Distrito Federal, além de manter vigilância em cima de elementos opositoristas que conspiravam contra o governo de Getúlio Vargas, precisou conter os perigos oriundos do mundo do trabalho.

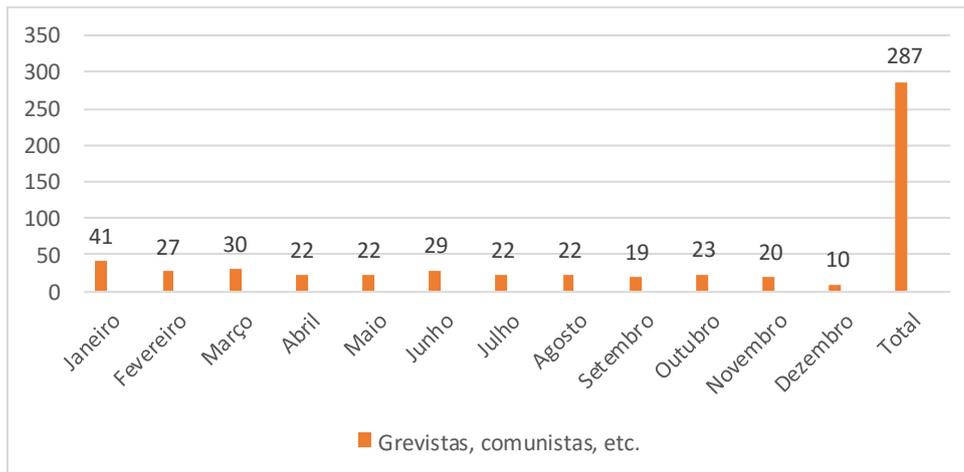


Gráfico 3 - Prisões efetuadas pela Quarta Delegacia Auxiliar vinculadas a questão social
Fonte: (APERJ, DESPS, notação 864)

De acordo com os dados do gráfico 3, podemos perceber a constância da atuação da Quarta Delegacia para com a questão social e, mesmo durante os meses de duração da Guerra de 1932, os funcionários da delegacia não relaxaram a vigilância, efetuando número de prisões semelhante aos meses anteriores. Dessa forma, a atuação da polícia política durante o ano de 1932, representou apenas a continuidade da intensa vigilância da questão social, sobretudo do comunismo, dos períodos anteriores⁹.

Para evitar movimentos políticos que pusessem em risco o governo na capital, a Quarta Delegacia Auxiliar precisou atuar em diferentes frentes e, mesmo com o elevado número de presos, não conseguiu evitar todos os movimentos de oposição. A impressão de jornais clandestinos, mesmo quando havia todo um esforço para evitar a produção e circulação destes, demonstram o quanto era árdua a tarefa da polícia. Neste sentido, combater a propaganda contrária ao governo tinha uma atenção especial da Quarta Delegacia. Segundo o relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública:

Durante o movimento revolucionario de São Paulo a vida Capital da Republica esteve em constante agitação. A Av. Rio Branco era o ponto

⁹ Analisando a censura implementada pelo DEOPS de São Paulo, Maria Luiza Tucci Carneiro afirma que desde a criação da polícia política a literatura de cunho marxista garantiu seu lugar de honra dentre os “livros mais cassados”. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002, p. 163.

predilecto, onde os individuos mais exaltados procuravam fazer a propaganda do movimento paulista, lançando mão de uma infinidade de processos, inclusive o da distribuição de boletins, impressos por todo os meios e modos ao seu alcance, atirando-os das sacadas, dos corredores e dos terraços dos arranha céos da Avenida. A acção desses individuos não se detinha ahi; mandavam e distribuiamtaes boletins pelo correio, jogavam dos automoveis e affixavam nas paredes (APERJ, DESPS, notação 864).

Para o relatório, os opositores do Governo Provisório lançaram mão de diferentes expedientes para divulgar o “movimento paulista” na capital. A centralidade da avenida Rio Branco na vida urbana do carioca, fez com que esta fosse alvo favorito na disseminação de propaganda impressa contra o governo, o que também ajuda a explicar a concentração de manifestações nesta região. Não sabemos ao certo como se dava a prática de distribuição de boletins. Entretanto, Maria Luiza Tucci Carneiro analisou um subterfúgio detectado pela polícia política de São Paulo que nos faz conjecturar sobre a maneira como os mais “exaltados” atiravam os boletins “das sacadas, dos corredores e dos terraços dos arranha céos da Avenida”. Segundo Carneiro, a tática do “barbante que queimava” consistia na escolha de um prédio central para a panfletagem. Em seguida, o indivíduo se dirigia aos andares mais altos e amarrava em alguma janela os prospectos num barbante. Feito isso, ateava-se fogo no barbante que somente iria desprender os boletins cerca de dois, três ou cinco minutos depois, dando a chance do indivíduo fugir sem ser identificado (CARNEIRO, 2002, pp. 86-88).

Outro meio de propagar os ideais da oposição, foi a utilização sistemática do rádio. Segundo o relatório da polícia, alguns elementos chegaram a instalar “possantes aparelhos de transmissão e recepção para utilisal-os na propaganda da sua causa ingrata”. O jornal *O Radical* narrou com detalhes a estratégia utilizada pela polícia para conseguir chegar ao rádio transmissor. Segundo o jornal, a polícia carioca conseguiu descobrir e apreender quatro estações clandestinas transmissoras de rádio a serviço do “reacionarismo paulista”. Ainda segundo o jornal:

Desde o início do movimento revolucionario de São Paulo, as autoridades policiais, através de seus serviços técnicos especializados, observaram a atividade intensa de algumas estações de radio clandestinas nesta cidade, que ininterruptamente transmitiam completas informações para a capital paulista, detalhando os acontecimento cariocas e, sobretudo, registrando as linhas e disposições militares do Governo Provisorio (*O Radical*, RJ, 24/09/1932).

As investigações estavam a cargo do dr. Francisco Pereira Pinto, no serviço de rádio da Chefia de Polícia. Para *O Radical*, as medidas “policiaes correram paralelasá gravidade do caso, pois torna-se desnecessário encarecer, nestas linhas, os resultados dessa espionagem e desse contacto, através do espaço, por meio dessa poderosa arma que é o radio”. O jornal dava detalhes da investigação e afirmava que a localização dos quatro rádios transmissores só foi possível graças a uma engenhosa estratégia da polícia. Esta consistiu na montagem de

um aparelho receptor num automóvel, uma vez realizada esta proeza mecânica, o veículo circulou pela cidade medindo a intensidade do sinal. Descobriram assim, que o sinal mais forte ficava no Alto da Boa Vista e nas ruas Marquês de São Vicente e Voluntários da Pátria. Após esta descoberta, a polícia passou a realizar a vigilância da região. Além das quatro estações, a polícia encontrou listas contendo nomes de pessoas envolvidas neste processo e que, segundo o jornal, já se encontravam detidas (*O Radical*, RJ, 24/09/1932). No que diz respeito aos aparelhos das estações de rádio, relatório da Quarta Delegacia Auxiliar informou que “alguns desses aparelhos foram apreendidos em pleno funcionamento e recolhidos á Secção competente, de acordo com as leis que regulam o funcionamento de rádios particulares” (APERJ, DESPS, notação 864).

A vigilância policial foi uma das estratégias utilizadas pela Quarta Delegacia para combater a movimentação de elementos contrários ao governo. O serviço de observação da polícia política vinha atuando desde o início do ano de 1932 e tinha na sua lista de suspeitos elementos militares e civis. Políticos, jornalistas e oficiais do Exército eram observados de perto pela polícia. Nem mesmo o ex interventor do Distrito Federal, Adolpho Bergamini, escapou da vigilância policial. Num documento dirigido a Getúlio Vargas em 15 de abril de 1932 e redigido pela Seção de Ordem Social e Segurança Pública, o Serviço de Observação Reservada relatou que o Dr. Adolpho Bergamini:

Encontra-se presentemente nesta Capital. Tem escritório na rua 7 de setembro n.178, 1º andar, onde vai diariamente. Costuma ir ao Estado de Minas Gerais, embarcando e desembarcando em Cascadura. Está em agitação política. A sua acção vem sendo observada por esta Delegacia (CPDOC/FGV, AGV, 15/04/1932).

O movimento de embarque e desembarque entre o Distrito Federal e os estados de São Paulo e Minas e Gerais também eram acompanhados de perto pelo serviço de Observação Reservada da Quarta Delegacia (CPDOC/FGV, AGV, 15/04/1932). Da mesma forma, nas estradas, principalmente as que ligavam o Rio a São Paulo, os veículos eram fiscalizados. Segundo o relatório anual da Quarta Delegacia:

Esta Secção manteve sempre nos principaes logradouros publicosvarios postos de fiscalisação e vigilancia, inclusive em estradas de rodagem, isto é, em Campo Grande, (Estrada Rio São Paulo) e Vigario Geral, (Estrada Rio Petropolis) visando estes ultimos pontos, especialmente, a fiscalizaçao de vehiculos e de pessoas que por ali transitavam. Nos pontos de embarque e desembarque foi, tambem, mantido rigoroso serviço de fiscalisação e, como era natural, manteve-se, ainda, em torno de altas auctoridades do paiz, um serviço discreto de garantia (APERJ, DESPS, notação 864).

Antes de 9 de julho, o trabalho era preventivo e procurou evitar que os conspiradores continuassem com as suas atividades. Além de procurar desarticular o movimento, também era importante para o governo demonstrar que estava alerta, pois com isto poderia desencorajar indivíduos menos convictos da sua participação no movimento

contra o Governo Provisório. Após o 9 de julho, além das conspirações, combatia-se a ação direta de indivíduos contra o governo. Assim, a Quarta Delegacia Auxiliar procurou evitar de diferentes maneiras movimentos de oposição na capital. Neste sentido, apreendeu armas, bombas e munições, prendendo compradores e vendedores. Além disso, a Quarta não se descuidou “dos pequenos transportes marítimos, tendo sido presos alguns dos profissionais desse ramo de actividade que alugavam suas embarcações para a fuga de officiaes para o Estado de São Paulo” (APERJ, DESPS, notação 864).

Durante o ano de 1932, o combate às conspirações no Distrito Federal, talvez tenha sido a atividade mais importante da Quarta Delegacia Auxiliar. Ao longo deste ano, segundo o relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, a polícia descobriu vinte conspirações (APERJ, DESPS, notação 864). O número é condizente com a preocupação externada por Getúlio Vargas durante o conflito. Em telegrama enviado ao interventor do Rio Grande do Sul, Vargas relatou a Flores da Cunha que:

Tem sido descobertos aqui alguns focos de conspiradores, geralmente reacionarios filiados movimento S. Paulo, que desesperançados conseguem revolta ou adesão tropas federaes esta capital derivaram sua atividade para a pratica de atentados pessoais contra membros do governo. Um desses centros conspiração, recebeu hontem aviso Morato, instando subversidade agir porque eles só se poderiam apresentar em eficiencia militar até dia cinco corrente mez. Como a informação é curiosa e nova tatica de atentados pode tambem estender-se até ai, julguei conveniente avisar, para que tomes necessarias precauções (CPDOC/FGV, AGV, 15/07/1932).

A preocupação de Getúlio Vargas com eventuais conspirações na capital se alastrou durante toda a Guerra de 1932 e o tema também foi recorrente no seu diário. Do início do conflito até o seu fim, o chefe do Governo Provisório registrou constantemente boatos e descobertas de conspirações. Dessa forma, no registro dos dias 30 e 31 de julho, Vargas diz ter encontrado a notícia de uma conspiração chefiada pelos generais Mena Barreto e Sotero de Meneses com o intuito de depor o governo. Em combinação ao movimento, seria provocada agitações populares na capital que havia sido anunciada pelo “rádio dos rebeldes paulistas” (VARGAS, 1995, p. 120.). Em setembro, já no final da guerra, os relatos de conspirações continuavam. No dia 5, Vargas registrou ter sido “descoberta uma conspiração em Minas, com ramificações no Rio e outros pontos, de acordo com São Paulo” (VARGAS, 1995, p. 129). Já no dia 27, em sua última anotação sobre conspirações, relatou que continuavam os “boatos de conspirações no Rio, com anúncio de uma parada para o dia 29” (VARGAS, 1995, p. 136).

Sendo assim, durante a Guerra de 1932, foi significativo o movimento contrário ao Governo Provisório no Distrito Federal. Podemos classificar a atuação deste movimento em dois grupos. No primeiro grupo, encontramos aqueles que efetivamente atuaram contra o governo: conspirando, planejando levantes na capital, mantendo rádios transmissores ou participando da confecção de jornais clandestinos. No segundo grupo, podemos encontrar aqueles que eram simpatizantes do movimento irrompido em São Paulo e que, por isso,

ajudavam a disseminar boatos e notícias que iam de encontro aos interesses do governo. Em alguns casos, estes indivíduos também podiam participar das manifestações no centro da cidade. Não obstante, pelo que pudemos observar do relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública da Quarta Delegacia, se combateu e foram efetuadas prisões de ambos os grupos. Se nos apoiarmos no relatório da Quarta Delegacia Auxiliar, podemos afirmar que o movimento contra o governo na capital era amplo e possuía representação tanto no meio militar quanto no civil.

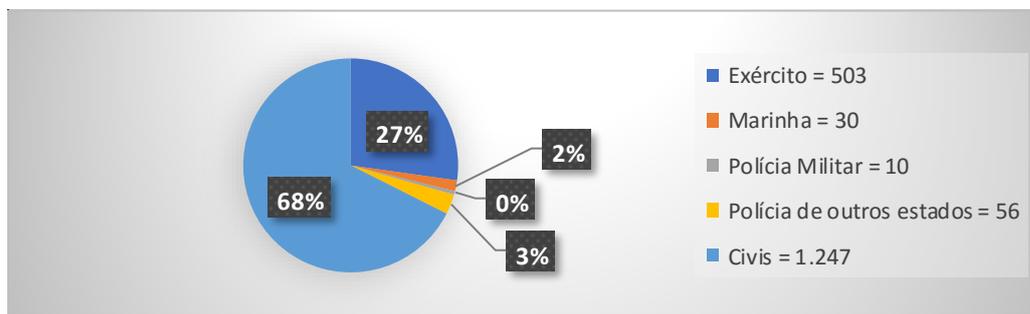


Gráfico 4 - Ocupação social dos presos políticos do ano de 1932

Fonte: (APERJ, DESPS, notação 864)

Segundo o gráfico 4, podemos notar uma proeminência de presos oriundos do meio civil, seguido respectivamente por membros do Exército, policiais de outros estados, Marinha e da Polícia Militar do Rio de Janeiro. No que diz respeito aos números elevado de presos oriundos das esferas civil e do Exército, defendemos que dois fatores podem explicar essa proeminência: para o meio civil, acreditamos que o grupo político dissidente e aliado do poder desde a revolução de 1930 tenha contribuído para os opositores deste setor; já o expressivo quantitativo de membros do Exército deve estar vinculado ao anti-tenentismo na instituição. Este último fator também deve ter levado indivíduos de outros setores da sociedade a serem presos por envolvimento ou por serem suspeitos na ótica da polícia em movimentos contrários ao governo na capital.

Conclusão

Finalizando a parte política do relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública, Seraphim Braga, chefe deste setor na Quarta Delegacia Auxiliar, afirmou que a Guerra de 1932:

Foi, sem duvida, umas das mais graves phases por que tem atravessado o paiz, não somente devido á diversidade de correntes, políticas ou não, que se desmembraram umas e se fundiram outras para a formação de uma nova

corrente constituída de elementos que, de antemão, não nos era possível distinguir, como também pela conservação de elementos contrários que permaneceram em nosso meio sem se externar francamente sobre o momento. Era o desconhecimento do meio em que se agia, obrigando-nos, por isso a uma maior somma de cuidados e de precauções afim de evitar decepções e a anulação da nossa actividade. Contudo, sem utilizar de perseguições, conseguimos desempenhar a nossa tarefa de maneira a ficarmos com a consciencia tranquila de a ter executado com a maximacorreção e elevação, amparados pela boa vontade dos funcionarios que servem nesta Secção, os quaes deram o maximo do seu esforço e dedicação e a prova mais cabal de sua honestidade e lealdade á causa commum de todos nós, concorrendo, assim, para a paz, tranquilidade e garantia dos habitantes desta Capital (APERJ, DESPS, notação 864).

A Guerra de 1932 teve um desfecho favorável para o Governo Provisório e a ordem e segurança do Distrito Federal foi garantida, em boa parte, graças aos esforços da Quarta Delegacia Auxiliar em combater os inimigos políticos do governo. A atuação da Delegacia não apenas garantiu “a paz, tranquilidade e garantia dos habitantes” da capital como também do próprio Governo Provisório. No entanto, devemos considerar que a oposição ao governo na capital foi significativa e que a sede do governo só não correu riscos por conta da capacidade da polícia política de anular as ações dos opositores. Ao mesmo tempo, mesmo com o empenho e esforço dos seus funcionários, a Quarta Delegacia não foi capaz de deter todos os movimentos de oposição na cidade. Dessa forma, jornais clandestinos, rádios transmissores, boatos, manifestações e conspirações ocorriam mesmo com esforços da Quarta Delegacia Auxiliar em evitá-los.

Artigo recebido em 18 dez. 2017.

Aprovado para publicação em 09 mai. 2018.

Referências

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. São Paulo: Ateliê Editorial, PROIN – Projeto Integrado Arquivo do Estado/USP; FAPESP, 2002.

_____, KOSSOY, Boris (Organizadores). *A imprensa confiscada pelo DEOPS: 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

DE PAULA, Jeziel. *1932: imagens construindo a história*. Campinas/Piracicaba: Editora da UNICAMP/Editora UNIMEP, 1988.

D'ARAUJO, Maria Celina. *A era Vargas*. São Paulo: Moderna, 2004.

DUTRA, Eliana de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (organizadores). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HILTON, Stanley. *A guerra civil brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

LOPES, Raimundo Helio. *Os batalhões provisórios: Legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (CEARÁ, 1932)*. 2009. 213 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

_____. *Um vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 2014. 321 f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Felipe Castanho. *A historiografia da Guerra de 1932 e a sua amplitude*. Mosaico, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, p. 226 - 247, jun. 2017. ISSN 2176-8943. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65514>>. Acesso em: 13 Dez. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v8n12.2017.65514>.

RODRIGUES, João Paulo. *Levante "Constitucionalista" de 1932 e a força da tradição: do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)*. 2009. 320f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, São Paulo.

MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: História do exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

OLIVEIRA, Walter Pinto. *Memórias de uma Revolta esquecida: O baixo Amazonas na Revolução Constitucionalista de 1932*. 2012. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade federal do Pará, Belém do Pará.

PANDOLFI, Dulce. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano II – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: Fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

VARGAS, Getúlio. *Diário, Volume I (1930-1936)*. São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

VILLA, Marco Antonio. *A Revolução de 1932: Constituição e Cidadania*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

Fontes

Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 4ª secção, Revolução de São Paulo, 1932, Góes Monteiro. Caixa: 5080.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. DESPS, Relatório da Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Notação: 864.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Arquivo: Getúlio Vargas. Classificação: GV c 1932.04.15/2. Datas: 15/04/1932 e 15/07/1932. Informações da 4ª Delegacia Auxiliar, Seção de Ordem Social e Segurança Pública, Serviço de Observação Reservada, sobre atividades conspiratórias de diversas pessoas. Rio de Janeiro (Vol. V/44).

Hemeroteca da Biblioteca Nacional - jornal *O Radical*.

Hemeroteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) - jornal *Nove de Julho*.